

O Brasil quer mudança

O Fórum Social Brasileiro discutiu o governo Lula e a necessária unidade para garantir o rumo progressista

Página 5

Organização de vanguarda

Conferências do PCdoB reafirmam linha política, aprovam planos de estruturação nos estados e apontam caminhos para as eleições de 2004

Página 6, 7 e 8

Congresso da Ubes

Na reta final, atenção às etapas estaduais

Página 10

Esporte: uma luta

Entrevista com Nádia Campeão

Página 9

A Classe Operária

Construir as sucursais nos estados

Página 8



Jornada dia 21 contra a Alca e o FMI

A Coordenação dos Movimentos Sociais se reuniu em uma plenária para programar os próximos passos da luta no país. Foi definida a realização de uma jornada nacional de luta, mobilizando as principais cidades no dia 21 de novembro. Nesse dia estará terminando a rodada de negociações da Alca em Miami; o Jubileu Sul já o indicara como um dia continental de protestos.

Além da luta contra a Alca, os atos terão também como bandeira as lutas pela não renovação do acordo com FMI e pela criação imediata de empregos, principalmente através da reforma agrária e da redução da jornada de trabalho.

Não à receita do FMI

Disseram que o acordo foi renovado. Mas, Lula, da África, disse que só haverá acordo se ele for favorável ao Brasil

Ao anunciar a renovação do acordo com o FMI, no dia 5 de novembro o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy foi protagonista de uma situação no mínimo inusitada. Trata-se do anúncio de uma decisão de natureza estratégica, feita por um funcionário do segundo escalão do governo federal, no momento em que o presidente Lula estava fora do país, em visita à África. Anúncio confirmado depois pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci e pela vice-diretora gerente do FMI, Anne Krueger, que veio ao Brasil especialmente para ultimar aquele acerto.

A reação do presidente Lula foi imediata. “O governo vem dizendo há algum tempo que o FMI precisa mudar de comportamento”, disse ele. “Não é mais necessário ficar exigindo que nenhum país faça ajuste fiscal, mas que os países assumam um compromisso de retomada do crescimento. Até porque o ajuste fiscal fracassou na maioria dos países”. E voltou a repetir que o Brasil não precisa dos recursos do Fundo. “O Brasil necessariamente não precisa fazer acordo com o FMI”, nem “sequer dos 8 bilhões de dólares que estão colocados à nossa disposição no acordo passado.” E reafirmou que, se “tiver acordo, será apenas em dezembro, não é agora. Até porque eu preciso chegar ao Brasil para ver quais são as propostas técnicas. Não é possível ter um acordo com o presidente da



Passeata do Fórum Social Brasileiro repudia acordo com o Fundo Monetário Internacional

República estando em Moçambique”, esbravejou.

O presidente da República tem razão. Mesmo porque um novo acordo com o FMI só terá sentido se ele favorecer a retomada do desenvolvimento, se destravar os investimentos cuja retomada é impedida pelo acordo que vence no mês de dezembro.

Esta é a condição para um novo acordo, lembra também o presidente do PCdoB, Renato Rabelo. Recentemente, a Argentina fez um acordo razoável, diz ele, que — pelo menos — “quebrou as pontas mais agudas”. E pergunta: “O Brasil poderá fazer um acordo como esse, ou até melhor? O que não se pode é abrir a guarda”, conclui.

EDITORIAL

Um outro Brasil é necessário

“Um outro mundo é possível, um outro Brasil é necessário” — sob esta consigna, mais de 20 mil pessoas se reuniram em Belo Horizonte, entre os dias 6 a 9 de novembro, para afirmar a exigência de mudanças, dentro do espírito do Fórum Social Mundial, cujas três primeiras edições ocorreram em Porto Alegre e que, em 2004, se reunirá na Índia. A programação do encontro de Belo Horizonte — a primeira versão exclusivamente brasileira do encontro mundial — teve três eixos principais: a busca de alternativas para o Brasil, o combate ao imperialismo e fortalecimento dos movimentos sociais.

Uma característica distinguiu o encontro de Minas Gerais dos demais, realizados no Rio Grande do Sul: a presença ativa dos partidos políticos em convivência frutífera com os movimentos sociais.

Foi um encontro mais politizado, trazendo à tona diferenças e divergências existentes nos movimentos sociais e na esquerda brasileira. E nele houve a

afirmação de alguns consensos importantes. A luta contra o imperialismo, contra a guerra e a defesa da autodeterminação dos povos e da paz; a defesa da soberania nacional, abordada de modo concreto na rejeição à proposta dos EUA acerca da Alca e ao acordo com o FMI; a reafirmação da necessidade de fortalecer os movimentos sociais; a luta contra o latifúndio e o apoio à reforma agrária. Houve, por outro lado, um confronto necessário e inevitável sobre a avaliação do governo Lula e a definição da atitude e papel dos movimentos em face do governo, polarizando os que erguem a voz em defesa de um governo que desce das lutas deste próprio movimento, e os que consideram o governo uma causa perdida, sem apresentar nenhuma perspectiva consistente. E com os quais não é possível conciliar: de forma estridente ou de modo sutil, semelhança entre os lutadores do povo brasileiro, descrença e, em vez de lutar para impulsionar as reformas, acendem velas para

que se cumpra a profecia — oriunda do oráculo dos que perderam o rumo — da derrota inevitável do governo Lula. Mas, apesar da estridência destes setores, prevaleceu amplamente o apoio ao governo no rumo das mudanças.

O Fórum Social Brasileiro espelhou as virtudes, a diversidade, as qualidades e, evidentemente, o estágio concreto do grau de organização e consciência da militância política e social de um país vasto como o Brasil. É preciso que se diga que, apesar das divergências e diferenças, sua realização foi harmônica e o conflito de idéias e posições políticas ocorreu num marco de tolerância e democracia. E deixou a mensagem de que o protagonismo da luta popular é imprescindível para impulsionar as mudanças. Elas não terão forças para ocorrer se as avenidas e as praças estiverem vazias de povo e de luta. Os movimentos sociais foram decisivos para a vitória do dia 21 de novembro. Também imperativos para a vitória do governo e o avanço da jornada libertadora”.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCDoB

Escola Nacional

A próxima atividade nacional da Escola está marcada para fevereiro de 2004

O processo de formação do corpo teórico da Escola Nacional do PCDoB prossegue a todo vapor, depois do passo inicial de reconstrução ocorrido no final de julho, com o curso nacional *A Crise do Capitalismo e as Alternativas para o Brasil*. Nesse sentido, a Comissão Nacional de Formação e Propaganda já definiu a próxima atividade nacional, destinada aos quadros destacados para integrar a Escola, o "Encontro de Professores da Escola Nacional", marcado para os dias 6 a 14 de fevereiro de 2004, no Instituto Cajamar (São Paulo/SP), quando será realizado um curso para aprofundar alguns aspectos do anterior, além do debate e constituição dos núcleos de estudos e pesquisas ("departamento") e a organização do currículo de nossa Escola.

A CNFP já definiu as diretrizes gerais desse importante evento, cujo eixo temático será *A transição no Brasil atual*, dividido em quatro temas: 1) a concepção dialética e materialista da transição; 2) a

transição nas interpretações da formação econômico-social brasileira; 3) Brasil atual — a transição para um novo modelo; 4) o *Programa Socialista* do PCDoB e a transição para o socialismo.

A coordenação é de Nereide Saviani e a dinâmica envolverá aula, estudo e debate. Seguindo a sugestão dos participantes do curso de julho, haverá apenas uma mesa

(Experiências de transição ao socialismo) e uma palestra (Partido e centralismo democrático). Nas demais noites, afora o merecido descanso, serão realizadas atividades culturais e de lazer, com a apresentação de filmes com conteúdos ligados aos temas tratados.

A maioria dos alunos já apresentou projetos de conclusão do curso de julho

Até agora, 57 camaradas já apresentaram propostas de pesquisa para elaboração dos trabalhos de conclusão de curso de julho, número expressivo que reflete o interesse dos futuros professores da Escola partidária em qualificar-se. Os trabalhos propostos são, em geral, históricos e teóricos e visam a instrumentalizar os alunos

para um projeto de estudo de maior fôlego, contribuindo assim para a sua preparação como professores de um dos núcleos de estudo e pesquisa.

Os textos deverão ter entre 10 mil e 20 mil caracteres e o prazo máximo estipulado

para envio é 30 de janeiro de 2004. Os melhores trabalhos poderão ser transformados em artigos para a imprensa partidária e objetos de exposições especiais no próximo curso nacional. A entrega do trabalho de conclusão é condição indispensável à inclusão dos participantes no quadro de docentes do Partido, bem como à continuidade do processo de formação de professores da Escola Nacional.

O tema será a transição: sua concepção dialética e materialista; interpretações do Brasil; um novo modelo para o país; e a passagem para o socialismo

CARTAS

Tenho orgulho de pertencer à geração "Aldo Rebelo". Os camaradas e que conheceram o Partido tão logo iniciou-se a reabertura política, em 1979, com a chegada dos exilados, com o surgimento da Tribuna da Luta Operária, o nosso "organizador" coletivo, jornal de massa do Partido, o qual tínhamos tanto orgulho de vender nas escolas secundárias, universidades e feiras livres de Goiânia. Chegamos a ser presos pela PF em algumas ocasiões. E éramos orgulhos do apelido de "tribuneiros". E lá estava o Aldo comandando uma reunião da UNE no ginásio Rio Vermelho. Num ato ousado fixamos uma bandeira vermelha do PC do B no teto do ginásio e ela lá, causando espanto, admiração e orgulho até por quem não era comunista. Eis, que os policiais exigiram a retirada da bandeira. E lá estava o Aldo negociando, tentando evitar a retirada da bandeira. João Negrão — MT

"Ninguém pode enganar todo mundo o tempo todo". Essa frase cai como uma luva para caracterizar a repercussão que estão tendo as declarações do ex-presidente Ernesto Geisel, contidas no livro de Élio Gaspari, "A Ditadura Derrotada",

recém lançado. (...) O livro reproduz gravações de diálogos nos quais o general Geisel admite claramente o seu apoio a estratégia de eliminação física de adversários do regime militar, a exemplo do que aconteceu durante a repressão ao movimento guerrilheiro instalado pelo PCDoB na região do Araguaia. Essa revelação restaura uma verdade histórica, pois durante os anos posteriores à ditadura, os diversos governos instalados no Brasil, independente de coloração política-ideológica, sempre partiram do pressuposto de simplesmente negar a existência de planos de extermínio de oponentes da ditadura. Júlio Ferreira — PE

Em Florianópolis tivemos o nosso dia de cão com o apagão. Cidade às escuras, sensação estranha, desalento, desamparo. Pessoas correndo para a casa, pais desesperados em busca dos filhos, helicópteros sobrevoando a cidade, sirenes de polícia o tempo todo, ambulâncias, Caos! Lembrei de Rosa Luxemburgo: Socialismo ou barbárie! Só não foi pior porque nosso secretário de segurança agiu rápido. No mais, só lamentar os prejuízos financeiros na nossa bela ilha. June Maria Zuanazzi — SC

NOTA

Seminário de cultura

O seminário reunirá participantes de governo e de movimentos culturais

O Partido Comunista do Brasil tem, hoje, notável inserção na área de cultura, tendo entre seus militantes inúmeros produtores culturais de todas as áreas. Isso além do grande número de comunistas que exercem funções em governos, nos vários níveis (federal, estadual e municipal), com atuação parlamentar ligada aos problemas da cultura, ou que militam e atuam na direção de organizações populares, como a UNE, onde estes problemas tem uma expressão sensível. Este crescimento da ação comunista nesta área impõe o atendimento de uma demanda antiga — a busca de linhas gerais comuns para balizar essa ação.

Para atender a essa necessidade e procurar sistematizar a intervenção dos comunistas o Instituto Maurício Grabois e a Comissão Nacional de Formação e Propaganda realizarão na cidade de São Paulo, nos dias 29 e 30 de novembro, seu primeiro seminário nacional de cultura, partindo da constatação de que faltam, ao Partido, diretrizes, intercâmbio e ação coordenada. Para isso, a organização do seminário definiu alguns critérios para a participação dos camaradas: que estejam à frente de responsa-

bilidades de governo, em qualquer esfera, nesta área; que tenham inserção e participação em movimentos culturais; que sejam produtores de cultura e, possuam laços de amizade com o Partido.

A pauta prevista inicialmente para o Seminário, e sujeita ainda a ajustes, será a seguinte: Cultura e identidade nacional; Democratização dos meios de produção cultural e o acesso à cultura; Políticas públicas para este setor.

O seminário deverá ser aberto com uma conferência, seguida de debate, de uma personalidade do mundo da cultura do país, na manhã do dia 29 (sábado). A seguir, haverá o debate entre os presentes, e o encerramento está previsto para o final da tarde do dia 30 (domingo). Quem tiver interesse em participar deve entrar em contato com: José Carlos Ruy ou Adalberto Monteiro, correio eletrônico: formar@pcdob.org.br ou ruy@pcdob.org.br, telefones: (11) 3054-1825 (Adalberto) ou (11) 3054-1823 (Ruy). Outras informações - diárias: R\$ 90,00 (simples) e R\$ 100,00 (duplo). endereço do hotel: Alameda Lorena, 360, Jardim Paulista. Reserva: (11) 3058 4051

MEMÓRIA

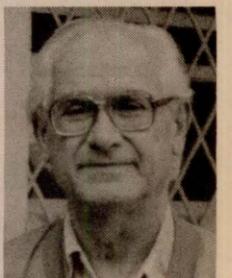
Camarada Tom nos deixa

O PCDoB perde um veterano dirigente

ARTHUR DE PAULA, DE SÃO PAULO

A morte de Tom consterna e enluta a todos que o conheceram e tiveram oportunidade de com ele conviver nas lutas e no dia-a-dia. Foi um padre operário, que fez opção pelos pobres, respeitado e querido pelos seus companheiros, amigos e superiores hierárquicos, dedicado à causa operária desde os tempos da Pastoral Operária e da JOC. Ingressou na organização revolucionária Ação Popular, iniciando uma vida de militante revolucionário, lutando contra o fascismo e a Ditadura Militar. Perseguido, viveu clandesti-

no, indo morar nos sertões da Bahia. Casou-se com a assistente social Ana Martins, ex-vereadora e atual deputada estadual pelo PCDoB, com que teve um casal de filhos. Ingressou no PCDoB em 1972 por ocasião



Tom

da incorporação da AP ao PCDoB e continuou dedicando o melhor de si à causa revolucionária, ajudando a organizar o Partido no interior, principalmente entre os trabalhadores rurais e camponeses. Era um homem simples, firme, dedicado, honrado, a quem reverencio a memória e presto homenagens.

AGENDA

Novembro

12, 13 e 14

Eleição para o DCE da Unesp — SP

14 e 15

Conferência Estadual — RJ

14, 15 e 16

Conferência Estadual — ES

15

Conferência Estadual — RR

15

Conferência Estadual — SC

15 e 16

Conferência Estadual — TO

15 e 16

Conferência Estadual — RN

15 e 16

Conferência Estadual — RS

16

Conferência Estadual — DF

19

Eleição para a

Apeoesp — SP

21

Eleição e posse da direção —

IMG — SP

22 e 23

Conferência Estadual — MT

27, 28 e 29

6º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora — CUT — RS

14

Audiência Pública —

Reforma Trabalhista —

Assembléia Legislativa — SP

12, 13 e 15

II Encontro com a

Literatura e o Marxismo —

USP — SP

17

Credenciamento dos delegados para o congresso da UPES — SP

FMI

Dá para elaborar um projeto de desenvolvimento ...

... se ele depende de investimentos e despesas públicas diretamente na produção?

FLÁVIO TONELLI VAZ *

Gerar mais e melhores empregos, produzir riquezas e justiça social são metas que demandam um planejamento audacioso e um longo período de crescimento sustentável, num projeto voltado aos interesses nacionais. Essa discussão não é nova, aliás, recorrente. Neste momento precisamos analisar: é possível consolidar um projeto voltado aos interesses nacionais amarrado a acordos com o FMI?

Alterar a rota imposta à economia brasileira nos anos 90 não é uma tarefa fácil. Ainda mais porque depois de tantos descabros dos governos anteriores, o governo Lula iniciou a condução do país numa conjuntura adversa, fruto de muitos desacertos. Os governos de FHC deixaram uma enorme dívida pública, que consome os orçamentos e sufoca a economia; ampliaram a dependência e a vulnerabilidade externa, desmontando estruturas de governo essenciais para a soberania do país, e causando sucessivas crises. Restou ainda uma deterioração da estrutura monetária, crédito restrito, altos juros e descontrole inflacionário; estagnação econômica; desemprego conjuntural e estrutural; fome e miséria; precarização dos serviços públicos; paralisia dos investimentos estatais; gargalos na matriz energética e na estrutura produtiva; violência no campo e na cidade. É o resultado da inserção dependente no processo de globalização, da desestruturação do Estado nacional, do endeusamento das soluções providas pelo mercado e referendadas pelo FMI.

Nessa situação, os diversos desequilíbrios desse modelo foram cobertos pelo endividamento público. Desde o início do Plano Real, mas principalmente desde o primeiro acordo com o FMI, em 1998, o Brasil vive em função de assegurar garantias e liquidez à dívida pública, interna e externa. FHC adotou a linha ortodoxa de controle do endividamento: recessão e produção de sucessivos e crescentes superávits primários, com ampliação da carga tributária e cortes nos serviços públicos e nos investimentos produtivos e de infra-estrutura. Esse controle demonstrou-se ineficaz. Produzir sucessivos superávits, conter a economia, rebaixar os salários e a renda do trabalho, promover desemprego em larga escala, privatizações, nada disso impediu que a dívida crescesse cada vez mais. As medidas satisfizeram aos interesses e às expectativas do mercado, garantiram alguma liquidez para a dívida, mas representaram um alto custo — e ainda inócuo — para a solução dos problemas nacionais.

Mesmo compreendendo as dificuldades herdadas, é urgente inverter essa agenda e ampliar os graus de liberdade para a construção de saídas. No entanto, preso às expectativas do mercado, mantém-se o atual modelo, mesmo que com ajustes finos. E, um novo acordo com o FMI arbitra, dentre as múltiplas possibilidades, em favor da manutenção da atual política econômica.

Não haverá projeto de desenvolvimento sem o resgate da capacidade econômica do Estado, hoje voltada para a produção de superávits primários e o pagamento de juros



Mobilizações questionam o acordo

O modelo econômico aplicado no Brasil durante os anos 90 fazia acreditar que o papel do Estado na geração do desenvolvimento estava restrito à criação de um cenário macroeconômico propício, a partir do controle da inflação, do câmbio e do crédito; da desregulamentação e abertura dos mercados; das flexibilizações pela livre circulação do capital; das privatizações e precarização dos serviços públicos; e de um marco regulatório, inclusive em relação aos direitos dos trabalhadores, capaz de assegurar retorno aos investimentos privados.

No pensamento neoliberal, deixa de ser prioritário elaborar políticas setoriais, para a indústria, agricultura, micro e pequenas empresas, ciência e tecnologia, etc. Vigora a supremacia dos mercados e seus agentes econômicos, inclusive para decidir sobre quando, quanto e onde realizar os mais diversos investimentos. Cumprida essa agenda liberalizante, o que se viu foi o progresso de uns poucos segmentos econômicos e a concentração da renda e da riqueza.

É preciso pensar diferente. O desenvolvimento não é obra do acaso, nem resulta inexoravelmente de uma política monetária, mesmo que acertada. A redução dos juros é muito importante, mas também não basta. O desenvolvimento depende, antes de tudo, de um planejamento estratégico e da intervenção ativa do Estado para promovê-lo, explorando as potencialidades e equacionando os problemas. O mercado não é capaz de tal centralidade.

E não bastam momentos de desenvolvimento esporso. Durante o Plano Real, em 1995 e 2000, o Brasil pôde experimentar surtos de crescimento. Mas, ao sabor dos ventos eles vieram e também se foram. Posteriormente a

1995, seguiram-se períodos de baixo crescimento, queda da renda e a crise de 1998. O mesmo ocorreu após 2000: baixo crescimento, mais desemprego, menos renda para o trabalho e uma nova crise cambial. E, nesse meio tempo, uma crise energética, emblema do processo de privatizações e do ajuste fiscal que impediu os investimentos públicos.

Um desenvolvimento continuado depende de despesas públicas diretamente na produção, em investimentos de infra-

estrutura e da utilização dos mais variados mecanismos (como créditos, tributação, incentivos, etc.). É necessário induzir e direcionar investimentos privados nos diversos segmentos da economia, sob orientação de um projeto que assegure, além do crescimento eco-

nômico, a sua continuidade, o desenvolvimento social, minimizando desigualdades regionais, elevando a qualidade de vida da população, criando cidadania e promovendo a justiça social.

Assim, alguns pontos para uma nova agenda voltada para o desenvolvimento contrariam aquilo que está registrado no acordo com o FMI que vence em dezembro, cuja renovação está sendo negociada pelo ministro Palocci. São: a) flexibilizar a meta de superávit para ampliar gastos e investimentos públicos. A redução formal dessa meta ou a permissão para investimentos extras das estatais (como a Eletrobrás) permitirão ao Estado realizar investimentos para equacionar inúmeros gargalos que dificultam o desenvolvimento. A melhoria das condições de infra-estrutura, em transporte ou energia, a universalização do saneamento básico, a habitação popular, o financiamento da saúde e da educação e o atendimento das demandas do setor de segurança pública

estão comprometidos pelas dificuldades e restrições orçamentárias. b) Viabilizar o crédito público ampliando o capital dos bancos públicos. Hoje os bancos têm limites para contratar créditos com o setor público. O BNDES e a CEF, por exemplo, estão perto desse limite, que é calculado frente ao capital social dessas instituições. Mesmo existindo linhas de crédito e recursos (do FAT, do FGTS, etc.) para o saneamento ou o desenvolvimento urbano, os bancos não podem emprestar para as prefeituras, os governos estaduais ou para as empresas públicas. c) Ampliar a participação dos salários na renda nacional, através do aumento real para o salário mínimo. Em 1993, a participação da renda dos salários do setor privado significava 36% do PIB; em 2000, já havia caído para 27%. É preciso viabilizar reajustes acima da inflação a partir de 2004. O impacto social dessa medida é muito grande.

Estudos do IPEA indicam que os salários relativos a ocupações formais e mesmo os rendimentos informais são influenciados pelo reajuste do mínimo, especialmente para a faixa de até dois mínimos (IPEA: *Textos para Discussão*, nº 849; Corseuil, Carlos H. e Carneiro, Francisco Galvão; dezembro de 2001). Outro efeito é a interiorização da renda, que ocorre também pela capilaridade dos benefícios previdenciários e assistenciais. Dados do Ministério da Previdência indicam que os valores aos benefícios superam as quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 3.358 municípios (de um total de 5.507); e em 4.323 deles, os benefícios pagos superam até mesmo a arrecadação previdenciária local. d) Assegurar a queda dos juros e distribuição da renda, como um passo fundamental para a criação do mercado de consumo de massas. A criação do mercado interno e o crescimento dos salários não são conseqüências naturais decorrentes do aumento da produção econômica, mas pré-condições. Assim, o objetivo central imediato deve ser o crescimento ambientalmente sustentável do produto e do emprego, com inclusão social, redução das disparidades regionais, dinamização do mercado interno, aumento das exportações, aumento da renda dos trabalhadores, diminuição da vulnerabilidade externa, expansão da infraestrutura etc.

Contra os dogmas neoliberais, nenhum projeto de desenvolvimento poderá ser levado adiante sem o resgate da capacidade econômica do Estado, hoje integralmente voltada para o pagamento de juros e a produção de superávits primários. É preciso empenhar recursos no desenvolvimento numa magnitude que a atual política econômica e os acordos com o FMI, tal como têm sido firmados, não permitem.

Flávio Tonelli Vaz é assessor técnico da Liderança do PCdoB e membro da direção municipal do Partido em Brasília.

Os compromissos assumidos em acordos com o FMI são fortes limitadores, impõem ao país condições desfavoráveis para o crescimento. O Brasil tem condições de deixar de renovar os acordos em função de sua política econômica?

REFORMA POLÍTICA

Negociar para reduzir a cláusula de barreira

O PCdoB aceita financiamento público e lista fechada em troca de cláusula de barreira menor, revisão da política de sobras e manutenção das alianças proporcionais

JOSÉ CARLOS RUY

A reforma política, que andava em segundo plano, volta ao cenário. A preocupação dos políticos que lutam por ela é hoje, como no passado, a defesa dos grandes partidos — criar condições para resguardá-los e para fortalecê-los. E propostas como a fidelidade partidária pareciam adequadas para este propósito.

Este ano, o debate voltou à tona, propondo as mudanças por outro caminho, diz o deputado federal comunista Renildo Calheiros, PCdoB/PE, e membro do Partido na Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados: o caminho da fidelidade partidária e o financiamento público

das campanhas (calculado à base de R\$ 7 por eleitor). Eles foram se convencendo que o financiamento público é inviável com o sistema atual de eleição, diz Renildo, pois apenas os partidos, e não os candidatos individualmente, é que poderiam fazer as prestações de contas. Assim, a proposta destes setores evoluiu para financiamento público mais lista fechada. Isto é, o eleitor vota numa lista de candidatos apresentada pelo partido, e são eleitos os primeiros colocados na lista, até completar o número de cadeiras a que a legenda tem direito. E esta é uma forma, pensam, de garantir a fidelidade partidária, pois os políticos que pulam de parti-

do em partido se tornariam mal vistos e ficariam mal colocados nas listas elaboradas pelas direções partidárias. Esta é a proposta defendida pelos deputados Ronaldo Caiado, relator da Comissão, João Almeida, Aloysio Nunes Ferreira, pelo senador Marco Maciel e por Nelson Jobim, ministro do Supremo. Querem também proibir as coligações em eleições proporcionais, mas admitem em seu lugar a federação de partidos. Esta é uma situação de fato, diz Renildo, mesmo porque Ronaldo Caiado apresentou seu relatório à Comissão na primeira semana de novembro, dia 11, e ele pode ser posto em votação já no dia 18.

O PCdoB, diz Renildo, defende a mais ampla liberdade partidária, e não a "reserva de mercado" para os grandes partidos. Antes, diz o deputado comunista, não queríamos a reforma. Mas, na situação concreta, é preciso negociar. A cláusula de barreira de 5%, que prejudica o Partido, está em vigor para a eleição de 2006 e é preciso negociar para reduzi-la. Assim os comunistas propõe a fórmula 2 + 3: aceita o financiamento público e a lista fechada, mas quer reduzir a cláusula de barreira (e já conseguiu o compromisso de rebaixá-la para 1%), eliminar a proibição das coligações proporcionais e rever a política de sobras.

ELEIÇÃO 2004

Fortaleza rumo à mudança

Pesquisas mostram Inácio com mais de 30% dos votos sobre os outros candidatos

LUIZ CARLOS PAES* E LUIZ CARLOS ANTERO, DE FORTALEZA

Fortaleza — considerada uma capital de esquerda desde as disputas históricas da segunda metade do século passado — já tem um candidato a prefeito consolidado pelos apoios que vão chegando a menos de um ano das eleições municipais de 2004: o deputado federal comunista Inácio Arruda, líder da bancada do PCdoB no Congresso Nacional.

Na Conferência Regional do PCdoB cearense, realizada nos dias 8 e 9, Inácio foi aplaudido de pé após uma vibrante intervenção na qual abordou as circunstâncias eleitorais sob uma adversa conjuntura internacional, mas sob as imensas possibilidades que se abrem com o governo Lula. A Conferência foi realizada no auditório do CEFET lotado por mais de 500 pessoas, com a presença de representantes de dez partidos (PT, PSB, PDT, PPS, PL, PMN, PHS, PTC, PV e PCB — que já divulgou seu apoio formal).

Antes desse evento, a quase totalidade da cúpula regional do PT se reuniu para anunciar, numa entrevista coletiva à imprensa, que seu candidato é Inácio. A decisão foi amadurecida a partir de uma pesquisa encomendada ao IBOPE para ajudar na definição do postulante à Prefeitura. De acordo com essa pesquisa, Inácio seria o vencedor da disputa caso a eleição fosse hoje, liderando em quatro cenários distintos, sempre com mais de 30% dos votos sobre outros candidatos: os deputados federais Moroni Torgan (PFL) e Antônio Cambráia ou Bismarck Maia (PSDB), o deputado estadual Heitor Férrer (PDT), o radialista Cid Carvalho (PL), a senadora Patrícia Gomes (PPS) e Marcelo Teixeira (PMDB).

Teixeira, secretário de Infra-Estrutura de Fortaleza e candidato favorito do prefeito Juraci Magalhães, apresentou uma rejeição (a maior, 63%) que suscita especulações sobre a sua substituição. A pesquisa informou



Inácio Arruda lidera pesquisas

que os líderes de projeção nacional mais influentes sobre o eleitorado de Fortaleza são: o presidente Luiz Inácio Lula, com 42%, seguindo o seu candidato; Ciro Gomes (PPS), com 30%; o senador Tasso Jereissati (PSDB), com 27%; o governador Lúcio Alcântara (PSDB), com 18%; e o atual prefeito é o último com apenas 12%.

A direção regional do PCdoB, entretanto, adota uma posição cautelosa diante das novidades, percebendo que o atual momento ainda guarda uma distância significativa do cenário final da disputa, com um longo caminho pela frente — como diz o seu presidente, Carlos Augusto Diógenes, o "Patinhas". Os comunistas continuarão trabalhando para ampliar uma aliança que tende a contemplar, por exemplo, o PPS, com o apoio do PCdoB à disputa municipal em

Sobral, na zona norte do Estado; o PL, em Maracanaú, o PSB no Euzébio, na Grande Fortaleza; o PT em Juazeiro do Norte, Quixadá e outros municípios. São articulações locais que se estendem inicialmente pelo espectro da base de sustentação do Governo Lula, mas que se ampliam diariamente.

Prenuncia-se uma dura disputa num ambiente suscetível de alterações que incluem o realinhamento de forças em torno de seus interesses reais e a reincidência no emprego da máquina administrativa, a exemplo das eleições passadas, pelo atual prefeito. Este repete hoje a mesma estratégia, quando transformou Fortaleza, às vésperas da eleição de 2000, num canteiro de obras inacabadas onde se encerrava a apropriação privada dos recursos públicos. Seu atual candidato, Marcelo Teixeira, foi um dos beneficiários de vertiginoso enriquecimento.

*Presidente do Comitê Municipal do PCdoB de Fortaleza.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Haroldo indicado para a ANP

Engenheiro, constituinte em 1987/1988, ex-deputado federal por cinco legislaturas (uma pelo PMDB/BA e as demais, depois de 1986, pelo PCdoB/BA), o vice-presidente nacional do PCdoB, Haroldo Lima, foi indicado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva para a diretoria de fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Haroldo tem extensa folha de serviços na área. Formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, foi chefe da Divisão de Operação e Manutenção da Companhia de Eletricidade da Bahia, COELBA. No Congresso Nacional, participou de várias comissões específicas, como a Comissão de Minas e Energia, da qual foi vice-presidente; das Comissões especiais da PEC nº 6/95, do Monopólio do Petróleo; da PEC nº 361/96, das Usinas Hidrelétricas; da Comissão Especial do PL nº 1.210/95, da Política Nacional do Petróleo; da Comissão Externa da Plataforma da Petrobrás P-36; além de membro do Grupo de Trabalho Transposição do Rio São Francisco. E, na extensa lista de obras que publicou, figuram títulos específicos sobre questões de energia e petróleo, como as Separatas (publicações da Câmara dos Deputados) *Em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e do Sistema Petrobrás* (1994), *A Petrobrás na Alça de Mira* (1995) e *A crise Energética e a Responsabilidade do Governo FHC* (2002).

A indicação da nomeação de Haroldo Lima para aquela diretoria da ANP será submetida agora ao Senado Federal



Haroldo Lima: indicado por Lula

FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO

"A idéia de rachar com o governo é reacionária"*No maior evento, fora as grandes conferências, a busca de uma ótica de conjunto*

BERNARDO JOFFILY, DE BELO HORIZONTE



Mais de 1.000 pessoas foram assistir ao debate "Desafios do Brasil"

N uma das atividades autogestionadas mais concorridas do Fórum Social Brasileiro (FSB), o economista Luiz Gonzaga Belluzzo fez uma advertência que calou fundo, nos seus companheiros de debate e no público de perto de 700 pessoas. Respondendo às indagações da platéia, Belluzzo afirmou: "A pior coisa que pode acontecer agora para a esquerda é que o jogo se dê fora da esquerda. O divisionismo seria desastroso. A idéia de rachar (com o governo Lula) eu diria que é reacionária hoje. Todas as outras questões estão subordinadas a esta", enfatizou.

Outro dos debatedores, José Genoíno, presidente do PT, concordou: "Os partidos de esquerda não podem transformar os movimentos sociais em pelegos. Nós temos que ter uma parceria nos rumos. Nós, do PCdoB e do PT, temos que articular as nossas militâncias neste sentido. Temos que politizar o movimento social, respeitar a autonomia e politizar".

Renato Rabelo, presidente do PCdoB, comentou que, "sobre os movimentos sociais, o professor Belluzzo levanta uma questão-chave". Defendeu que as qualidades fundamentais requeridas hoje dos movimentos são a autonomia, mas também a unidade e amplitude.

Neste primeiro FSB este debate esteve no centro ou na base de todas as outras discussões. Em Belo Horizonte compareceu a alternativa, justa, porém nem sempre fácil, de impulsionar o governo Lula rumo à vitória do novo projeto. Mas compareceu também a idéia de que está na hora de se distanciar do governo, quando não de romper com ele. O diálogo de Belluzzo, Genoíno e Rabelo, uma iniciativa conjunta dos centros de estudos dos do PCdoB e PT - Instituto Maurício Grabois e Fundação Perseu Abramo, teve o mérito de focar esta questão sob a ótica de conjunto dos desafios da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Os movimentos sociais e o governo Lula

DENILSON CAJAZEIRA E BERNARDO JOFFILY, DE BELO HORIZONTE

No dia de seu encerramento, em Belo Horizonte, o Fórum Social Brasileiro (FSB) assistiu à conferência "Estado e movimentos sociais, repressão, cooperação, cooptação", com a CUT (Luís Marinho, presidente), UNE (Gustavo Petta, presidente) e MST (Gilmar Mauro, na condição de facilitador) e o Valério Arcary, dirigente do PSTU.

Petta advertiu para o que chamou "dois perigos" para o movimento de massas: o risco da "estatização", via institucionalização e perda de raízes nas bases, trocando a independência e autonomia por uma relação promíscua com o governo de centro-esquerda. E a "visão simplificadora", que não compreende o governo como palco de uma disputa no qual os movimentos sociais precisam influir. Já Valério Arcary criticou acordo com o FMI, o superávit primário, a reforma da previdência e não poupou a política externa que persegue, diz ele, "uma Alca dietética", em vez de retirar-se das negociações. Taxou o

governo de "burguês", após descartar a possibilidade de governos de aliança de classe.

Segundo Luiz Marinho, o papel dos movimentos sociais não é de apoio incondicional ao governo, o que seria "um equívoco", mas também não é colocar-se frontalmente contra. "Se derrotarmos o governo Lula, como insinua meu companheiro Valério, qual governo virá na seqüência? Um governo à esquerda do governo atual? ou a retomada do poder pela direita?", questionou. Ele lembrou que a CUT foi contra a Reforma da Previdência e o acordo com o FMI. Mas disse acreditar em um cenário de retomada do crescimento econômico para o ano de 2004. E Gilmar Mauro também fez considerações sobre o mérito do debate. Lembrou que a mudança social não virá de cima para baixo. "Para haver transformação, somente com luta de massas. Do contrário, não tem sustentação histórica", afirmou.



Luís Fernando apresenta os debatedores

Também participou o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal. A deputada federal e presidente do PT/MG Maria do Carmo Lara Perpétuo, presidiu a mesa. A mediação ficou a cargo do professor Luís Fernandes, do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ. Na platéia, lideranças dos movimentos sociais e entidades de massas, ao lado de parlamentares e personalidades políticas dos dois partidos, inclusive a ministra Maria Emília Fernandes, da Secretaria de Direitos da Mulher. O embaixador palestino no Brasil, Musa Odeh, fez um emocionado agradecimento à diplomacia brasileira face à crítica situação do Oriente Médio, com iniciativas

como a viagem de Lula a seis países da região, prevista ainda para este ano.

A dinâmica do debate incluiu três blocos. Cada orador fez uma primeira apresentação de 15 minutos. Depois, o moderador apresentou perguntas aos apresentadores. E, por fim, estes responderam a perguntas formuladas pelo plenário. Entre as 82 perguntas, a maior parcela tratou do acordo com o FMI e suas condições. O segundo ponto mais perguntado foi o das negociações da Alca. Seguiram-se perguntas sobre como acelerar a reforma agrária, um bloco sobre a questão do emprego, outro sobre o papel dos movimentos sociais e outro ainda sobre medidas imediatas de inclusão social.

Jornada contra a Alca e o FMI

KERISON LOPES, DE BELO HORIZONTE

A Coordenação dos Movimentos Sociais se reuniu em uma plenária para programar os próximos passos da luta no país. Foi definida a realização de uma jornada nacional de luta, mobilizando as principais cidades no dia 21 de novembro. Nesse dia estará terminando a rodada de negociações da Alca em Miami; o Jubileu Sul já o indicara como um dia continental de protestos.

Além da luta contra a Alca, os atos terão também como bandeira as lutas pela não

renovação do acordo com FMI e pela criação imediata de empregos, principalmente através da reforma agrária e da redução da jornada de trabalho.

Enio Borghenting, do MST, informou que no dia 21 de novembro está marcada a chegada a Brasília de uma grande marcha. O objetivo é "cobrar a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária, que definiu o assentamento de 1 milhão de famílias e até agora não saiu do papel".

CONSCIÊNCIA NEGRA

20 de novembro, um dia de luta

Zumbi dos Palmares é o maior símbolo da resistência contra a escravidão. Seu nome significa "guerreiro" e ele foi o último chefe do Quilombo dos Palmares que, nos engenhos e senzalas, era sinônimo de Terra Prometida. E Zumbi, seu guardião fiel e valente.

Ele foi morto no ataque final contra Palmares, em 20 de novembro de 1695. Seu corpo mutilado e a cabeça cortada, saída e levada, com o pênis dentro da boca, foram expostos em praça pública.

Ele morreu lutando contra a escravidão. Foi por isso que o Movimento

Negro Unificado lutou, no final da década de 1970, para que fosse reconhecido como herói nacional, transformou o dia de sua morte, 20 de novembro, no dia Nacional da Consciência Negra, indicando que os negros brasileiros querem comemorar como seu dia a luta e o sacrifício de um herói negro, contrapondo-se às bem comportadas comemorações do 13 de maio, dia da Abolição da escravatura, cuja heroína é justamente uma princesa de descendência portuguesa e austríaca, a princesa Isabel, que assinou a lei sancionando, tardiamente, o fim da escravidão no Brasil.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Conferências estaduais pelo Brasil

Time de comunistas na Amazonia

MARIANE CRUZ, DE MANAUS

Pela primeira vez, o PCdoB do Amazonas tem um time de futebol concorrendo no campeonato estadual, o "Peladão 2003". Segundo o coordenador do time, Edson Melo, a seleção comunista pode obter bons resultados: "Provavelmente ficaremos entre os melhores". O time é composto por filiados e simpatizantes do PCdoB. E o futebol "vermelho" não pára por aí. Lenildo Moreira, outro coordenador do time, diz que os comunistas vão disputar o campeonato da Zona Leste de Manaus.

Mas a expressão mais forte da atuação do Partido, a política, foi debatida na 12ª edição de sua conferência estadual, com mais de 400 delegados eleitos, realizada de 24 a 26 de outubro. "Esta conferência reafirmou nosso apoio ao governo Lula para construir as mudanças de que tanto o Brasil precisa", disse o presidente estadual do PCdoB/AM, Eron Bezerra. Com 6.197 filiados, o PCdoB amazonense triplicou seu número de filiados nos últimos dois anos. Na capital são 305 novos camaradas e no interior, 498. Doze vereadores e três vice-prefeitos agora fazem parte das fileiras comunistas. O PCdoB/AM está inserido em todos os setores da sociedade amazonense. Desde os operários, jovens, sindicalistas até os professores universitários. E, além de fazer parte do governo federal (Lúcia Antony é coordenadora da Fundação Nacional de Saúde) — o PCdoB também ajuda a governar na capital, com Antônio Carlos (Brabo) à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente.



O time dos comunistas amazonenses

Perpétua para prefeita

LILIAN ORFANÓ, DE RIO BRANCO

A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e o médico Eduardo Farias foram aplaudidos na conferência do Partido em Rio Branco, dia 1º, para disputar as eleições na capital. Eles serão apresentados oportunamente aos partidos da Frente Popular do Acre, quando a coligação abrir os debates para definir o candidato para 2004.

O encontro comunista trouxe o tema "Pra resgatar Rio Branco" e reuniu cerca de 500 lideranças e filiados e foi aberto com uma saudação socialista do ex-governador Geraldo Mesquita. No dia 8 de novembro, a Conferência Estadual do PCdoB reuniu as lideranças comunistas dos 22 municípios acreanos. A definição de nomes e apoios à



Vanessa fala aos conferencistas

Vanessa disputará prefeitura

A conferência contou com a presença de representantes de inúmeras entidades, entre partidos políticos, sindicatos, lideranças estudantis e juvenis. Ao término da conferência, a deputada federal Vanessa Grazziotin foi indicada pré-candidata à prefeitura de Manaus. "Nós temos um desafio que está posto, camaradas. Esse desafio é eleger o maior número de prefeitos e vereadores em todo o Estado para o desenvolvimento político dos que ganharam as últimas eleições", afirmou.

Ventos favoráveis no Amapá

A 5ª Conferência do PCdoB do Amapá, dias 24 e 25 de outubro, contou com 77 delegados e a presença de Walter Sorrentino, Secretário de Organização do Comitê Central. Recentes adesões deram mais visibilidade e mais musculatura política ao Partido. O debate ocorreu desde as reuniões dos mais de 35 organismos de base, passando pelas conferências municipais de Macapá (capital), Santana e Laranjal do Jari. Na opinião de Sorrentino, "ventos favoráveis" impulsionam o crescimento do PCdoB em toda a Região Norte.



Conferência municipal de Rio Branco (AC)

candidaturas em 2004 pelo PCdoB, segundo afirmou o deputado Edvaldo Magalhães, irá obedecer normas que serão previamente discutidas em seminários voltados para a definição de planos de desenvolvimento municipal e também os nomes das lideranças para o pleito.

Entusiasmo em Alagoas

EDUARDO BAHIA, DE MACEIÓ

Num clima de entusiasmo e unidade foi realizada, dia 1º de novembro, a Conferência do PCdoB de Alagoas, reunindo cerca de 150 delegados de 30 municípios. Além de eleger a nova direção estadual e aprovar encaminhamentos políticos, os comunistas fizeram um balanço do crescimento do partido, que conta mais de 1300 filiações só neste ano. Em 2004 a legenda deverá lançar candidatos a prefeito em mais de dez municípios e chapa própria de vereadores na maioria das cidades onde o partido possui diretório, incluindo Maceió.



Edberto Ticcianelli

A conferência foi aberta por Eduardo Bomfim, secretário de Cultura e dirigente comunista: "O partido em Alagoas vive hoje o maior crescimento de sua história, quantitativa e qualitativamente, isso reflete a justeza de sua tática política". O presidente estadual, Edberto Ticcianelli, iniciou os debates, reiterando a disposição do Partido em dobrar o número de filiações e se organizar em pelo menos 50% do Estado. A conferência foi acompanhada por Pedro Oliveira, do secretariado do Comitê Central.

Amplitude no Piauí

A abertura da 12ª Conferência Estadual do PCdoB no Piauí, dia 8, teve repercussão em todo o Estado, demonstrando capacidade de mobilização política dos comunistas piauienses. Com cerca de duas mil pessoas da capital e das 120 cidades do interior, o ato contagiou por sua alegria e combatividade e impressionou pela amplitude e presença de todos os segmentos políticos, entidades populares e autoridades do Estado, inclusive o governador Wellington Dias (PT), o prefeito da capital Firmino Filho (PSDB), o presidente da Assembleia Legislativa, deputado João de Deus; do PL, Xavier Neto; do PDT, deputado Flávio Nogueira; do PSDB, ex-senador Freitas Neto; os deputados João Mádisson, do PMDB, Temístocles Filho, José Cabelouro; os deputados Wilson Martins e Luciano Nunes do PSDB, bem como representantes do PCB, PTdoB e PTN. Ronald Freitas representou o Comitê Central do PCdoB.



Muitos políticos compareceram ao evento...

Foi Marcante também a presença de prefeitos e ex-prefeitos do interior. A Conferência, com 285 delegados (que representavam mais de 3.000 mobilizados) e 80 convidados, destacou o crescimento do Partido, organizado em 120 municípios. Aprovou o plano de estruturação partidária, a ação nos movimentos sociais e definiu as diretrizes eleitorais para 2004. A previsão é de lançar candidato a prefeito em pelo menos 15 municípios e em Teresina lançar chapa própria de vereadores.

Vice em Porto Alegre

BETO RIVERA, DE PORTO ALEGRE

Mais de 200 pessoas participaram, dia 8, da Conferência do PCdoB de Porto Alegre. No ato político estavam representantes do PSB, PCB e PT, além do prefeito da capital gaúcha, João Verle, do PT. O presidente municipal do Partido, Nelson Sales, ressaltou "a necessidade de que a chapa para a Prefeitura em 2004 seja plural. O PCdoB pleiteia a vaga de vice, apresentando para isto os nomes de Edson Silva — economista, ex-deputado federal e atual Secretário Municipal da SECAR — e da deputada estadual Jussara Cony".

O prefeito João Verle afirmou que o PT pretende que a vaga de vice seja preenchida por outro partido da aliança que está sendo formada e considerou plenamente justa a reivindicação do PCdoB. Edson Silva enfatizou a grande conquista do povo brasileiro representada pela vitória de Lula, que tem agora "um novo capítulo" em 2004 as forças de sustentação do novo governo precisam se



A mesa de abertura da conferência

unir pela vitória, impulsionando-o no rumo das mudanças".

O clima foi de unidade em torno das propostas de ampliação e crescimento do Partido na cidade. Foi aprovada resolução que indica ações imediatas para uma campanha de novos filiações. A nova direção do partido tem 53 membros, sendo 30% mulheres. Foram eleitos 75 delegados à conferência estadual, que se realizará nos próximos dias 15 e 16 de novembro.

PCdoB

SP convida: ingresse no PCdoB!

ROVILSON ROBBI BRITTO E INDIRA AMARAL, DE SÃO PAULO

A Conferência do PCdoB de São Paulo, aberta dia 31, ocorreu num momento de franco crescimento do Partido. Desde agosto, entraram no Partido mais de 3 mil novos filiados. Mais de 11.300 militantes participaram da construção da plenária estadual, com mais de 500 delegados eleitos, vindos de 201 cidades. Todos os 62 municípios com mais de 100 mil habitantes realizaram conferência e ocorreram 421 reuniões de base.

Na abertura, o auditório do Clube Homs ficou lotado. Foram homenageados o historiador Capistrano de Abreu, o abolicionista, José do Patrocínio, o compositor Ari Barroso, assim como a Petrobrás. O presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, exaltou a expansão, crescimento e unidade partidária. O presidente da CUT, Luís Marinho, considerou o PCdoB "partido parceiro das lutas sociais, sindicais e por mudança no país". O presidente do PT, José Genoino, ressaltou o ineditismo e a ousadia da política externa brasileira. Outras saudações foram feitas pelo presidente estadual do PPS, o cônsul de Cuba, o Secretário geral da Sociedade Árabe Brasileira, o prefeito de Guarulhos; representando a prefeita Marta Suplicy, falou o deputado Ítalo Cardoso (PT). O ato foi encerrado pelo deputado Nivaldo Santana, presidente do comitê estadual cessante.

A preocupação predominante dos delegados foram o crescimento e a unidade partidária. O secretário de Organização, Jairo José, resumiu o espírito que impulsiona o novo período que se abre dizendo que "se vale o que já foi feito, mais vale o que virá". Renato Rabelo lembrou que "os comunistas crescem e se forjam diante das grandes tarefas e dos grandes desafios. Quando falta unidade, o Partido fracassa". Sobre as eleições de 2004, destacou a necessidade dos comunistas se empenharem em construir blocos amplos unindo os setores que dão sustentação ao governo Lula. afirmou que o chamado "mergulho no movimento de massa" só terá eficiência se não se limitar ao aspecto extensivo. "Temos que defender a nossa política, disputar idéias".

O debate acerca da oposição ao governo Geraldo Alkimin, do PSDB de São Paulo, foi um dos temas mais abordados pelos conferencistas. O governador busca se credenciar como alternativa dos conservadores para 2006.

O ambiente contagiou delegados que participavam pela primeira vez de uma conferência do Partido, como o microempresário de Guarulhos, Paulo Peixoto: "vim para o PCdoB porque é um partido ideologicamente correto, onde não há corrupção, onde as



Conferência dos comunistas de SP

decisões são tomadas coletivamente." O pequeno comerciante Sérgio, de Cabreúva, que declarou que "a política é única arma para eu emitir o meu protesto. O Partido atende bem à necessidade da manifestação do descontentamento que todas essas impunidades nos causam". O professor universitário e cientista político Flávio de Castro afirmou: "Vendo a importância de estar filiado, de estar envolvido fazendo um trabalho organizado e, como surgiu esse honroso convite de alguns camaradas para eu ingressar, desde fevereiro estou filiado ao PCdoB". Castro integra a direção de Campinas.

Nivaldo Santana conclamou a militância para três eixos impulsionadores. O primeiro e imediato é o empenho na realização da segunda fase da campanha "Crescer para mudar o Brasil" intitulada de Novembro Vermelho, objetivando filiar mais 4 mil pessoas. O segundo é o fortalecimento dos movimentos sociais. E, por fim, a reafirmação da unidade partidária em torno das resoluções da 9ª Conferência Nacional. Sob aplausos dos delegados afirmou: "Ficamos honrados e satisfeitos com a posição dos nossos dois parlamentares federais que, em nenhum momento, dobraram-se às pressões dessa ou daquela área e cumpriram com dignidade os seus mandatos de comunistas no parlamento; e principalmente a posição da direção do PCdoB aqui em São Paulo que não titubeou diante desta tentativa de quebrar um dos princípios fundantes de uma organização revolucionária como o PCdoB."

Dentre as várias deliberações da Conferência, destaca-se a aprovação de um manifesto público dos 11 mil comunistas que participaram do processo de Conferência, divulgando as principais conclusões políticas do encontro e chamando o povo paulista a se filiar no Partido. O manifesto conclama: "Ingresse no PCdoB! Ajude a construir o Partido em sua cidade, bairro, local de trabalho, universidade, escola, sindicato ou entidade popular. O povo brasileiro está diante de uma oportunidade histórica para mudar os rumos do Brasil. Participe desta jornada. Ingresse no PCdoB!"

Paraíba em nova fase

Os comunistas paraibanos realizaram dias 8 e 9 sua 9ª Conferência, reunindo 140 delegados de 36 municípios. O presidente do Partido, Simão Almeida, discursou emocionado: "Há dois anos atrás, reuniões acerca de 340 municípios para a conferência estadual, distribuídos em 9 municípios. Para esta Conferência mobilizamos 1.319 militantes, quatro vezes mais do que a anterior". Várias personalidades políticas participaram do ato de abertura, dentre elas o deputado Ricardo Coutinho (PSB) e o ex-deputado federal do PT, Avenzoar Arruda, que disputarão a prefeitura de João Pessoa em 2004.

Os paraibanos analisaram a nova fase

do PCdoB, ao filiar quatro novos vereadores, lideranças sindicais e populares, intelectuais, micro-empresários e religiosos e se preparam para lançar candidatos a prefeitos em duas cidades e chapas completas de vereadores em outras duas.

O representante do Comitê Central, Sérgio Barroso, enalteceu o esforço dos comunistas em compreender o novo ciclo histórico do país, iniciado com a eleição de Lula. Lúcia Rocha falou sobre "A concepção emancipacionista e a luta das mulheres"; Agamenon Sarinho sobre "O mergulho dos comunistas nos movimentos sociais"; e Rildian Pires sobre "O papel da juventude na atual quadra".

Rio quer Jandira prefeita

WEVERGTON BRITO LIMA, DO RIO DE JANEIRO

O PCdoB-Rio realizou sua Conferência Municipal tendo como patrono o fundador do Estado Soviético, Lenin, em homenagem aos 100 anos do Partido bolchevique. O presidente nacional do Partido, Renato Rabelo, representou o Comitê Central. A mesa diretora dos trabalhos foi capitaneada pela camarada Ana Rocha, presidente do Comitê Municipal cessante e membro da Comissão Política do CC.

A plenária final, com 90% de presença dos delegados eleitos nas Conferências Distritais, aprovou, com apenas uma abstenção, os documentos em debate, onde se afirma a construção do projeto eleitoral de 2004, tendo como carro-chefe a candidatura de Jandira Feghali à prefeitura do Rio. Foi feita indicação ao Comitê Central para que o projeto eleitoral do Rio seja incorporado às prioridades nacionais.

Renato Rabelo ressaltou que o CC levaria em conta as opiniões expressas na Conferência, mas enfatizou que o Partido irá elaborar um projeto eleitoral nacional, ao qual o PCdoB-Rio está subordinado. A decisão final cabe ao CC, que decidirá o que for mais benéfico para



Jandira Feghali fala aos delegados



A conferência carioca homenageou os bolcheviques

o Partido nacionalmente. A nova direção municipal tem 31 membros efetivos e 13 membros suplentes.



A mesa da conferência: ao centro, Ana Rocha e Renato Rabelo

Oposição a Aécio em Minas

ELIEZER DIAS, DE BELO HORIZONTE

Nos dias 1º e 2, mais de 300 pessoas participaram da maior Conferência do PCdoB mineiro. O evento foi transmitido ao vivo pela TV Assembléia. Foi aberta pela vice-presidente nacional do Partido, deputada estadual Jô Moraes. Participaram da mesa o secretário nacional de Organização, Walter Sorrentino; o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG); o prefeito de Guanhanês, José Luiz; os presidentes da CUT-MG, José Antônio de Lacerda; do Conselho Regional de Medicina, Geraldo Guedes; e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha e Angelândia, Expedito Peçanha. Em seu discurso, a deputada criticou a política neoliberal do governador Aécio Neves, que "representa um retrocesso para Minas. O projeto em curso no Estado é o mesmo que foi derrotado pelos brasileiros que elegeram o companheiro Lula. Por isso, o PCdoB declara-se em oposição ao governo estadual. Não aceitamos os compromissos da agenda neoliberal que o seu partido, o PSDB, vem encabeçando. A retomada do crescimento em Minas exige, além de mudanças nacionais que assegurem o pacto federativo, medidas que enfrentem o problema do desenvolvimento com recursos próprios", enfatizou Jô Moraes.

Foram realizadas 132 conferências

municipais (66 a mais que na 9ª Conferência), filiados, este ano, 4.180 camaradas e criados 68 novos comitês, atingindo o total de 157 municípios. Nos últimos dois anos importantes lideranças políticas, sindicais, camponesas e estudantis ingressaram no Partido. Entre elas o prefeito de Guanhanês, José Luiz; os vice-prefeitos de Três Pontas e de Mata Verde e mais 14 vereadores — o PCdoB conta com 24 vereadores em Minas.

Na avaliação do deputado federal Sérgio Miranda, a condução de Lula à Presidência da República aumentou a auto-estima dos brasileiros e deu novo impulso às lutas sociais: "Nosso Partido tem crescido na medida em que crescem as lutas sociais e a consciência política. Devemos abrir as portas para os que querem uma política melhor, que buscam um Partido baseado em princípios simples como a confiança mútua e fraterna".

No final do encontro, foram eleitos os 47 membros efetivos e 13 suplentes da direção estadual. Em homenagem ao comunista Olímpio Peres Munhoz, que faleceu dia 29 de outubro, aos 84 anos, o plenário permaneceu em silêncio durante um minuto. Garçonete de 14 anos, residente em Belo Horizonte, "Seu Olímpio", como era carinhosamente chamado, há décadas pertencia ao PCdoB.

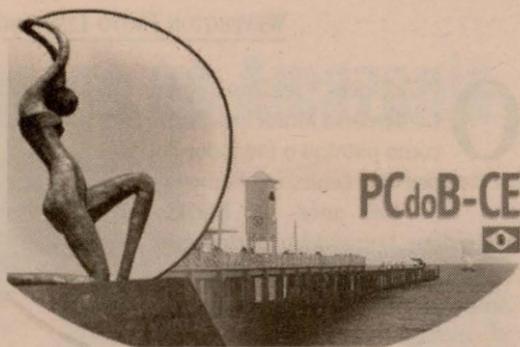
PCdoB

Fortaleza quer união da esquerda

A 16ª Conferência Estadual do PCdoB/CE aconteceu dias 8 e 9, aberta pelo presidente estadual do Partido, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas). O ato político teve a apresentação cultural de crianças e do cantor e compositor Rangel Júnior, além de um protesto contra a violência sofrida recentemente pelo vereador de Santana do Acaraú Chico Carneiro (PCdoB), vítima de pistolagem por fazer parte da Comissão de Investigação de irregularidades da prefeitura. O Partido emitiu nota de repúdio contra o caso, que resultou em lesões cervicais em Maria do Socorro Oliveira, esposa de Carneiro. A nota relata também os casos de violência ligada à política, do radialista Nicanor Linhares, morto em Limoeiro do Norte, e contra o prefeito de Quixadá, Ilário Marques. "Tais episódios revelam uma situação gravíssima na medida em que estamos há menos de um ano das eleições municipais, ocasião que tende a aumentar muito a tensão política".

Estavam presentes os vereadores do PCdoB e lideranças políticas de Santana do Acaraú, o deputado federal Inácio Arruda, o deputado estadual Chico Lopes, o vereador Lula Moraes, além de lideranças de outros partidos como o deputado Heitor Ferrer (PDT), os vereadores José Airton e Durval Ferraz (PT), deputado Roberto Pessoa (PL) e o vereador Elpídio Nogueira (PPS). Os delegados elegeram o histórico dirigente comunista Maurício Grabois, morto na Guerrilha do Araguaia, presidente de honra da 16ª Conferência do PCdoB do Ceará.

Carlos Augusto indicou o nome do deputado federal Inácio Arruda para ser candidato à Prefeitura de Fortaleza. "O nome que mais unifica as esquerdas é Inácio Arruda", disse o dirigente comunista. Ressaltou que o PCdoB vai buscar a união entre os partidos progressistas em torno da candidatura de Inácio e apoiar candidaturas progressistas nas maiores cidades do Ceará, como Quixadá, Sobral, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Icapuí, Eusébio, Itapipoca. O



Partido pretende formar frentes em aproximadamente 100 municípios cearenses.

Inácio Arruda abordou o papel dos partidos progressistas no Ceará e advogou a união do bloco de forças em todo o estado, envolvendo PSB, PDT, PCB, PHS, PPS, PCdoB, PMN, PDC, PV, PL. "A nossa unidade é importante. É hora de estarmos todos juntos, é hora de ganhar a eleição. Precisamos ganhar eleições porque precisamos governar, abrir mais espaços para os movimentos sociais, para fazer bons governos. Precisamos ganhar eleições porque o nosso governo, no plano estratégico, precisa ser grande. Precisamos ganhar em Fortaleza porque esse governo precisa dar certo".

José Airton Cirilo, presidente estadual do PT, afirmou que Inácio "tem o nosso apoio e vamos, ao seu lado, lutar para acabar com o domínio das forças conservadoras". Para o vereador Elpídio Nogueira (PPS), "nós vamos unidos marchar para a vitória. Vamos estar juntos para mudar o rumo da política em Fortaleza e no estado". Acilon Gonçalves, da Executiva Estadual do PSB, afirmou que "o povo brasileiro quer ver valer o seu desejo. O primeiro passo foi à vitória de Lula. O segundo, será a implantação das mudanças nos municípios. Vamos ser vitoriosos na maioria dos municípios cearenses".

O deputado estadual Heitor Férrer (PDT), também pré-candidato à prefeitura de Fortaleza, afirmou que "a candidatura do PDT jamais criará embaraço a candidatura de Inácio". Paulo de Tarso, representando o PHS, afirmou: "Defendemos a unidade e precisamos lutar contra a violência".

Grande acontecimento baiano

"Um grande acontecimento" foi a classificação dada pelo vice-presidente nacional do PCdoB, José Reinaldo de Carvalho, à Conferência da Bahia, ao se referir ao número de delegados presentes e ao entusiasmo que marcou as intervenções dos presentes. Os baianos comunistas encerraram a Conferência dia 9, de forma vitoriosa, com grande participação de delegados. O primeiro tema, iniciado dia 8, que tratava da situação política nacional e estadual, além das linhas gerais do plano eleitoral do PCdoB para 2004, só foi concluído na manhã do dia seguinte, após mais 100 intervenções de delegados e três intervenções especiais: sobre formação teórica, organização e comunicação realizadas respectivamente por Milton Barbosa, Davidson Magalhães e Julieta Palmeira. A necessidade de crescimento do Partido no estado foi de longe o tema mais abordado nas intervenções dos delegados relacionando-o com maior protagonismo político e fisionomia própria.

Foram incorporadas três emendas ao texto de resolução proposto pelo atual Comitê que abordava as metas do PCdoB para os pró-



Participantes da conferência baiana

ximos dois anos. À tarde, iniciou-se a escolha da nova direção estadual. A Comissão de Candidaturas, dirigida por Jorge Wilton, anunciou os resultados da consulta prévia feita aos delegados, que receberam uma lista de nomes elaborada pela direção estadual cessante, para marcar sim ou não. Como resultado da consulta, apenas uma mudança foi realizada na proposta inicial. A seguir passou-se à votação nominal dos integrantes da nova direção estadual, que foi constituída por 62 titulares e 6 suplentes.

A conferência foi encerrada em clima de unidade e com todos que participaram ressaltando o momento de democracia interna que o partido vive.

Pernambucanos festejam encontro

Cerca de 3.429 militantes se envolveram no processo da 13ª Conferência do PCdoB em Pernambuco. 324 convidados e delegados compareceram ao Teatro Beberibe nos dias 8 e 9. Não faltam motivos para considerar esta a maior conferência já realizada no estado, onde o Partido está organizado em 92 municípios.

Duas intervenções especiais foram apresentadas. Uma pela prefeita de Olinda, Luciana Santos, sobre o PCdoB na prefeitura, e a outra pelo deputado federal, Renildo Calheiros, sobre o governo Lula. A resolução política propõe a eleição de número significativo de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos — em especial a reeleição de Luciana Santos

em Olinda —, o aumento da inserção no movimento social, além de reafirmar a oposição ao governo de Jarbas Vasconcelos. O documento e o projeto de resolução política foram apresentados por Alanir Cardoso e Luciano Siqueira, membros do Comitê Central e da direção estadual eleita.

O Comitê Estadual passou a contar com 39 titulares e 13 suplentes. Alanir Cardoso foi aclamado para continuar na presidência nos próximos dois anos. Um fato inusitado é a presença de um padre no Comitê Estadual: Padre Djalma, prefeito de Quipapá, agreste de Pernambuco, que se filiou ao PCdoB há três meses. O Comitê Central foi representado por Pedro de Oliveira.

COMUNICAÇÃO

Construir as sucursais

Um grande desafio na esfera da comunicação

FRANCYROSE DE ANDRADE

O sistema nacional de comunicação do Partido Comunista do Brasil vai ganhando impulso com o crescimento sustentado do portal Vermelho — uma média de 250 mil visitas por mês —, com o relançamento do jornal A Classe Operária quinzenal, com a veiculação do plano nacional de mídia no rádio e na TV, que alcançou grande audiência neste segundo semestre. Além disso, o papel destacado de dirigentes nacionais do Partido em funções governamentais, a própria bancada federal do PCdoB na Câmara Federal e as lideranças regionais, tanto no movimento social e sindical quanto no plano institucional, dão maior visibilidade às idéias e ao projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho defendido pelos comunistas.

Entretanto, muito há que fazer para popularizar as bandeiras e o conteúdo das

idéias e argumentos defendidos pelo PCdoB na construção de um novo rumo para o Brasil. Neste sentido foi muito importante a participação comunista no Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em cada estado, especialmente nas capitais e grandes cidades-pólo, é imprescindível a construção de um aparato mínimo de comunicação, denominado sucursal. Esta estrutura, composta de membros da comissão estadual de comunicação integrada com as comissões de formação e propaganda, deverá funcionar permanentemente, contribuindo para o fluxo constante de informações e material iconográfico para as redações centrais do Portal e do jornal A Classe Operária, abastecendo também os instrumentos locais de divulgação partidária e as revistas Princípios, Debate Sindical e Presença da Mulher.

Estas sucursais, assim orientadas, pode



organizar debates e seminários a cada lançamento de materiais novos, aglutinando colaboradores e fontes relevantes de informação para a imprensa comunista. A parte material desta sucursal deve incluir uma sala de trabalho, com computador e impressora, material geral de comunicação e uma agenda de atividades regulares coordenada pela comissão de comunicação. Bem vistas as particularidades de cada região, um centro de atividades cotidianas de divulgação pode ser organizada como, por exemplo, a distribuição do jornal em bancas, como vem sendo experi-

mentado em São Paulo, no intuito de verificar como o jornal é avaliado pelo público geral (e não somente pelos militantes e filiados ao PCdoB). Outra iniciativa necessária é a venda de assinaturas desses materiais nacionais e a organização e atualização da lista de assinantes que podem receber pelo correio os jornais e revistas enviadas diretamente da redação central. A resposta a essas iniciativas será de grande valia na apreciação do trabalho desenvolvido pelo jornal e no jogar seu papel de formador de uma corrente revolucionária, comunista, progressista e democrática no cenário político brasileiro.

A guerra do esporte

Nadia Campeão cuida do esporte em São Paulo com poucos recursos e muita garra

ENTREVISTA A JOSÉ CARLOS RUY

Após a mesa de trabalho de Nadia Campeão, Secretária Municipal de Esportes da Prefeitura de São Paulo, há um enorme mapa da cidade onde estão assinalados, como numa operação de guerra, os clubes existentes na cidade. Círculos vermelhos indicam os centros poliesportivos da prefeitura; pequenos alfinetes coloridos assinalam os inúmeros clubes espalhados pelos bairros da cidade; círculos azuis, com a inscrição CEU, indicam a localização dos Centros de Educação Unificada, que são a vitrine mais recente e visível da ação educacional, cultural, esportiva e social da administração da prefeita Marta Suplicy.

É uma guerra do bem, como dizem os mais jovens. Mas uma operação de guerra, que Nadia enfrenta com disposição e ânimo. E o próprio mapa indica a marca da administração paulistana: enquanto os clubes mais antigos, públicos e privados, concentram-se nos bairros mais tradicionais, próximos ao centro, os CÉUs estão localizados nas bordas do mapa — na periferia da cidade, onde a carência de equipamentos públicos é maior e onde está a população mais carente.

O começo não foi fácil. A Secretaria de Esportes herdou um conjunto de centros esportivos municipais sem condições de serem usados de tão deteriorados. Nadia encontrou mais de seis ginásios poliesportivos interditados. E diz, com orgulho, que até o começo do ano todos estarão reabertos. “O último fica para janeiro/fevereiro: o ginásio do Pacaembu — um estádio histórico, um patrimônio da cidade que estava deteriorado”. Das 63 piscinas públicas da cidade, menos da metade funcionava, precariamente. Em dezembro deste ano todas serão reabertas — entre elas as quatro maiores, “incluindo uma que foi

“Minha experiência se soma à dos companheiros que estão nessa função e buscam entender melhor a administração pública, a realidade social do país, o orçamento público”

já a maior piscina recreativa da América Latina — a da Mooca. Ela tem 45 anos e ela estava fechada há mais de 10 anos”.

Essa recuperação foi uma conquista, diz Nadia. Mas ela não ficou apenas nisso, e implantou projetos novos para estimular e incentivar o esporte e a prática de atividades físicas na cidade, como a primeira edição dos jogos da cidade de São Paulo, “realizados nas 31 subprefeituras e que, só em 2003, mobilizaram 30 mil atletas amadores”, e que terminou numa fase municipal. Outro programa inédito envolve as secretarias de Esporte, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Abastecimento. É o projeto Recreio nas Férias — “uma semana nas férias de janeiro e outra nas férias de julho. Qualquer criança se inscreve e vai para um dos 300 pólos existentes na cidade”, onde durante a semana inteira, elas têm atividades de recreação culturais, esportivas pela manhã e à tarde, com monitoria, lanche, com passeio de ônibus. O último programa, a sexta edição, em julho, teve a participação de 230 mil crianças. Há também o Mais Esporte, “que a gente oferece para a criança completar o horário que ela não está na escola”. Já atinge 20 mil crianças e inclui várias modalidades, além do procurado

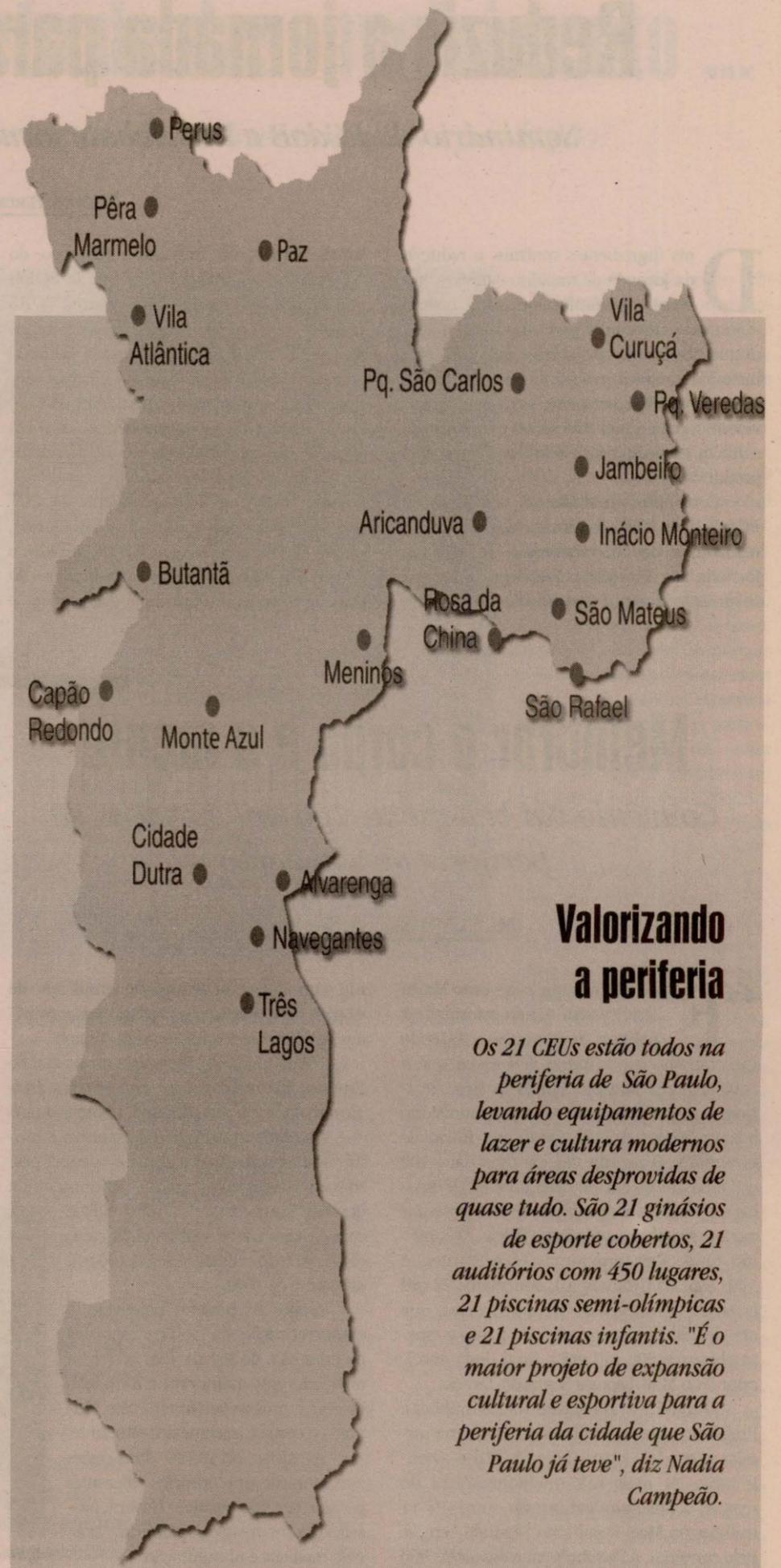
futebol: capoeira, dança, oficina de xadrez. A Secretaria acaba de firmar um convênio com programa semelhante do Ministério do Esporte chamado Segundo Tempo (veja matéria nesta edição). “Vamos juntar os dois programas para atingir 80 mil crianças”.

É um extenso programa, realizado com recursos mirrados originários de duas fontes. A principal, para as obras maiores, vem do orçamento da Secretaria de Esportes. Outra fonte são as parcerias e a comunidade. “Os clubes procuraram as empresas do local, associações que freqüentam o clube, clubes do entorno, e cada um contribuiu como pôde. Fizemos mutirões de reconstrução e foi possível restaurar quadras, canchas de bocha; foram feitas pinturas com doação de material, festas para arrecadar dinheiro, etc.” “Isso foi o mais legal porque envolve a comunidade toda”, comemora.

Neste quadro, o CEU é, na opinião de Nadia, “o projeto mais interessante no sentido da ampliação dos espaços culturais e esportivos da cidade”. A cidade de São Paulo tem uma carência enorme de equipamentos de esporte e cultura, principalmente na periferia, para onde “em geral só se leva aquilo que se chama de básico: posto de saúde, escola.” O CEU é um complexo de escolas que tem os blocos cultural e esportivo, com capacidade para atender as crianças e jovens que lá estudam e também as crianças e jovens das escolas do entorno e a comunidade. Todos os 21 CEUs têm ginásio coberto, piscina semi-olímpica e infantil, auditório para 450 pessoas e, por funcionarem de segunda a domingo, de manhã, de tarde e de noite (e, portanto, nos finais de semana) eles já se tornam centros de convivência na periferia da cidade. Para Nadia, o CEU “é o maior projeto de expansão cultural e esportiva para a periferia da cidade que São Paulo já teve. Para se ter uma idéia, São Paulo tinha sete teatros, e passou a ter vinte e oito com os auditórios dos CÉUs; tinha 63 piscinas públicas, e passou a ter quase 120 com os CÉUs; mais 21 bibliotecas; telecentros, etc”.

“É um projeto extraordinário”, contra o qual muitas vezes aparecem críticas elitistas, diz a secretária. Críticas de gente que diz: “Por que construir coisa de tanta qualidade? Era melhor construir mais escolas num padrão menor do que construir uma escola assim”. Contra as críticas, Nadia lembra os estudos feitos pela prefeitura mostrando que o custo de uma criança no CEU fica na escala de 300; na Febem, 700/800. Um adulto na penitenciária, 1400/1500 — cinco vezes mais do que uma criança no CEU. Sem contar que o custo não pode ser visto só para o aluno do CEU, “que funciona de manhã, de tarde e de noite, de segunda a domingo e passam por lá num final de semana mais de 5.000 pessoas”.

Isso tudo deixa Nadia muito confortável para falar da eleição municipal de 2004. “Vamos chegar ao último ano do governo de Marta Suplicy em boas condições de disputa”, diz, lembrando que as eleições em São Paulo sempre são duras “porque aqui se concentram



Valorizando a periferia

Os 21 CEUs estão todos na periferia de São Paulo, levando equipamentos de lazer e cultura modernos para áreas desprovidas de quase tudo. São 21 ginásios de esporte cobertos, 21 auditórios com 450 lugares, 21 piscinas semi-olímpicas e 21 piscinas infantis. “É o maior projeto de expansão cultural e esportiva para a periferia da cidade que São Paulo já teve”, diz Nadia Campeão.

interesses nacionais. Será feito não só o julgamento do governo Marta, mas também do governo Lula”. Entre outras coisas — a cidade, por exemplo, está melhor cuidada, mais limpa — “os projetos sociais da prefeitura beneficiam 300 mil famílias; os programas de renda, mais de um milhão de pessoas. E a cidade de São Paulo paga o maior benefício de complementação de renda, comparado com o Estado e a União. É uma gestão equilibrada, corajosa. E que vai para a disputa para ganhar”.

Mulher e comunista à frente do Esporte? Esta dúvida, que pintou no começo da gestão, Nadia enfrentou com galhardia e, hoje, ela é coisa de um passado remoto. “Como desafio político”, diz, “é uma experiência que se soma ao desafio que o PCdoB tem já há alguns anos. Acho que minha experiência se soma com a de todos os outros companheiros que estão nessa função, no sentido de nos entendermos melhor o que é a administração pública, a realidade social do país, o orçamento público”.

Outro desafio “foi a elaboração de política pública para uma área, esporte e lazer, que não é tradicional, sempre vista como área onde se faz tudo espontaneamente, sem ciência social. Então, a partir da presença na secretaria, da ação dos nossos parlamentares, como o Aldo Rebelo, que estabeleceu o assunto futebol como um assunto político e abriu as portas para isso”.

E do ponto de vista pessoal? Nadia se confessa satisfeita, e sua expressão confirma o que diz. “Acho que esta experiência ampliou as possibilidades políticas do Partido na capital. E demonstrou-se que uma pessoa, mesmo sem formação técnica na área, se tiver capacidade administrativa, colocar uma política ampla no comando das suas ações, souber trabalhar numa frente maior — porque nós temos muito espaço para crescer e vencer — ela pode fazer um bom trabalho. Meu balanço é bastante positivo.”

MUNDO DO TRABALHO

Reduzir a jornada para criar mais empregos

Seminário do PCdoB e PSB debate jornada menor, emprego e desenvolvimento

MARCOS VERLAINE, DE BRASÍLIA

Dois ingredientes centrais, a redução da jornada de trabalho e desenvolvimento econômico-industrial, podem — juntos — contribuir para alavancar a economia brasileira. A primeira é uma bandeira histórica do movimento sindical, a segunda é uma necessidade premente para o desenvolvimento, para a inclusão social e o resgate de milhões de brasileiros excluídos do processo produtivo.

Com essas premissas, as lideranças do PCdoB e do PSB na Câmara dos Deputados realizou, no dia 10, o seminário "Redução da Jornada de Trabalho: Emprego e Desenvolvimento", com a participação do ministro

Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego, do deputado Inácio Arruda (CE), líder do PCdoB na Câmara, do senador Paulo Paim, PT/RS (autores a PEC n° 393/01, que propõe a jornada de 40h semanais), do deputado Eduardo Campos (PE), líder do PSB na Câmara, dos sindicalistas Luiz Marinho, presidente da CUT, Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, Enilson Simões de Moura, presidente da SDS (Social-Democracia Sindical), Antonio Carlos dos Reis, presidente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), Antonio Fernandes dos Santos Neto, presidente da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), e Laerte Teixeira da Costa, presidente

da CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores), além do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, e de Sérgio Mendonça, Diretor Técnico do Dieese.

O combate ao desemprego deve ser a principal prioridade do governo Lula, revela uma pesquisa recente do Data-folha e do Ibope. Para a secretária de política sindical da CUT, Gilda Almeida de Souza, levantamentos como esses "reforçam a necessidade de ampliar a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários". E há base para isso. Dados do documento "Mais e melhores empregos", do programa de

governo divulgado por Lula durante a campanha em 2002, mostram que a redução de quatro horas na jornada diária de trabalho poderia gerar cerca de 1,7 milhão de novos postos de trabalho no país.

A PEC n° 393/01, de Inácio Arruda e Paulo Paim, que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais até que, progressivamente, chegue a 35 horas, com aumento das horas extras em 100% em dias normais e 200% aos domingos e feriados foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 17 de setembro, e aguarda agora a constituição de Comissão Especial para análise de seu mérito.

ESPORTE

Melhorar o corpo e a mente

Convênio vai beneficiar 100 mil crianças da periferia de São Paulo

MÁRIO MIRANDA, DE SÃO PAULO

Foi fácil por que o governo Marta Suplicy vem dando prioridade à política de esportes e fazendo um trabalho maravilhoso. Foi assim que o ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, avaliou o convênio assinado entre seu ministério e a Prefeitura de São Paulo, no início de novembro. O acordo vai garantir para 100 mil crianças do ensino fundamental de escolas da periferia a possibilidade de frequentar cursos esportivos e atividades físicas. O convênio funde dois programas já existentes: o Mais Esporte (municipal), que atende 22 mil crianças, e o Segundo Tempo (federal, que atende 250 mil jovens em todo o país e espera chegar a 500 mil até o final deste ano.), criando o Mais Esporte Segundo Tempo.

O convênio vai repassar R\$ 2,8 milhões à Prefeitura, que possibilitará ao programa instalar-se em 150 locais (hoje são 90) e a contratação de mais mil monitores. Além do repasse, a Prefeitura vai investir outros R\$ 11 milhões no Mais Esporte no Segundo Tempo. Pelo convênio, a Petrobrás vai repassar R\$ 900

mil para ajudar na divulgação, ampliação de vagas e capacitação dos profissionais envolvidos no Mais Esporte no Segundo Tempo.

Nádia Campeão, secretária municipal de Esportes, diz que "vamos oferecer mais estágios, melhorar o atendimento, reforçar o lanche, distribuir mais material esportivo e promover a capacitação dos técnicos e demais pessoas envolvidas no programa". Afirmou ainda que São Paulo passará a ser a cidade com o maior número de crianças atendidas em todo o Brasil — serão 100 mil até junho de 2004.

Ambos os projetos objetivam a democratização da prática esportiva da criança e do jovem. Eles oferecem atividades que melhoram a formação escolar e o desenvolvimento dos alunos — o corpo e a mente dos estudantes.

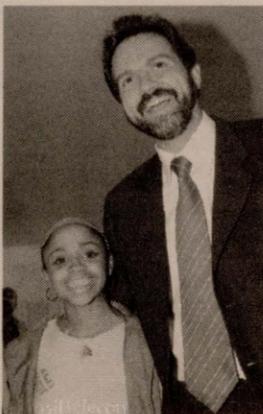
As aulas ocorrerão duas vezes por semana, em horários diferentes do seu período escolar. Haverá passeios (como teatro), palestras, exames médicos e alimentação.

Agnelo faz convênios na África

O ministério vai exportar programas como o Pintando a Liberdade e o Segundo Tempo

AÍDA CARLA, DE BRASÍLIA

A visita do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, aos países africanos, integrando a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi muito produtiva, e um de seus resultados mais notáveis foi a assinatura de protocolos de intenção com São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique para levar a esses países os programas sociais desenvolvidos pelo Ministério.



Agnelo: mais inclusão

Um deles, que o Ministro vai ajudar aqueles países a implantar, é o projeto de fabricação de bolas, adotado nos presídios brasileiros — é o programa Pintando a Liberdade. Outro é o programa Pintando a Cidadania, uma parceria com a Petrobrás para a criação de núcleos de produção de material esportivo nas comunidades de baixa renda.

Não é a primeira experiência internacional do ministério. Ela já existe no Uruguai e no Paraguai, onde foram implantados núcleos para a fabricação de material esportivo em prisões.

No Brasil, o programa Pintando a Liberdade, que remunera a mão-de-obra de detentos, é adotado em 53 unidades prisionais.

Agnelo Queiroz também manifestou interesse em enviar técnicos para São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, para implantar outro projeto de sucesso do Ministério do Esporte, o programa Segundo Tempo, que centraliza ações voltadas para a inclusão social e democratização do acesso às práticas do esporte. A meta é atender, no Brasil, três milhões de crianças e adolescentes nos próximos três anos. Atualmente, o Segundo Tempo beneficia 404 mil crianças e jovens, 359,6 mil em escolas públicas e 44,488 por meio de parcerias com prefeituras e entidades estaduais privadas.

SECUNDARISTAS

Etapas estaduais do congresso da Ubes

E as propostas da UJS são bem recebidas em todas as escolas

O Congresso da Ubes entra em sua fase final, com a realização das Etapas Estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal. Até 23 de novembro, dezenas de milhares de delegados e delegadas que estão sendo eleitos nas escolas (um delegado para escolas com até 2 mil alunos e dois delegados para escolas com mais de 2 mil alunos) irão debater os temas do 35º Congresso da Ubes e eleger os delegados para a Etapa Nacional, em 4 a 7 de dezembro, em Mogi das Cruzes, São Paulo.

A campanha "Movimento Ubes com Ação e Atitude", da União da Juventude

Socialista (UJS) e de independentes, ganha força nesta reta final e, com um incremento da campanha, será possível atingir as metas traçadas. Uma novidade nesta campanha está sendo a prioridade para os maiores municípios e para as maiores escolas, orientações da UJS para o Ano Secundarista.

O caderno de propostas do movimento Ubes com Ação e Atitude está sendo muito bem recebido nas escolas e não há, no movimento secundarista, pelo menos até agora, nenhuma outra força política com propostas à altura.

Mas nem tudo são flores. Há dificulda-

des, e sérias. Elas envolvem a estruturação organizativa, material e financeira, dificultando o processo de eleição de delegados, a organização da infraestrutura necessária para as Etapas Estaduais, e o transporte dos estudantes para os municípios sede das Etapas Estaduais e, depois, para a etapa nacional, em Mogi das Cruzes. Nesse momento é preciso que as direções do Partido, parlamentares e membros de governo, acompanhem e apoiem a campanha da UJS, ajudando a viabilizar recursos materiais e financeiros.

Agenda das Etapas Estaduais:

(Nos dias 8 e 9/11 ocorreram as etapas estaduais no Amapá, Rondônia e Roraima)
15 e 16 de novembro - Acre, Alagoas, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco
22 e 23 de novembro - Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

IRAQUE

Solidariedade à resistência contra a guerra

A vitória de Bush durou pouco, e a luta dos iraquianos fustiga as tropas de ocupação

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

A envergadura, a intensidade e o ritmo acelerado de crescimento da resistência iraquiana contra a ocupação norte-americana são fatos novos e auspiciosos no quadro político internacional. Há pouco mais de seis meses, os EUA desencadearam a 2ª guerra do Golfo, covarde massacre contra um país e um povo sem capacidade de defesa, como logo se viu. Semanas depois, no dia 1º de maio, o presidente Bush proclamava o fim dos principais combates no Iraque. E agora foi obrigado a reconhecer que seu país "está em guerra", em pronunciamento feito na primeira semana de novembro. E que seu arquiinimigo, Saddam Hussein, está vivo e em plena atividade comandando as ações que desafiam e desmoralizam a ocupação norte-americana e indicam o fracasso do regime de ocupação.

De maio para novembro, o cenário mudou completamente. Em maio, a guerra "tinha terminado", e

a impressão geral era a de que a superpotência havia batido completamente o regime iraquiano, liquidado seu líder e se apossava do país árabe como força libertadora. A propaganda enganosa tentava embair a opinião pública nos Estados Unidos e no mundo de que as armas de destruição em massa seriam encontradas e a

herança do regime de Saddam Hussein seria removida e substituída por uma era de paz e prosperidade. Hoje, a evidência de que Bush e seu aliado Blair mentiram, e a sucessão dos atos de resistência revelam a falsidade de tal propaganda e já põem em cheque a viabilidade dos planos norte-americanos.

A guerra infinita de Bush está sendo respondida com a resistência infinita dos iraquianos. Cumpre-se a profecia de quem afirmou que ao entrar no Iraque os Estados Unidos estariam abrindo as "portas do inferno". Não passa um só dia sem

que se desenvolvam lutas de rua, ataques contra instalações dos ocupantes, motins, marchas, uma infinidade de ações multifacetadas pacíficas e violentas, espontâneas e organizadas, isoladas e maciças que em seu con-

junto configuram já o desenvolvimento de uma resistência nacional e popular, em muitos aspectos combativa, heróica e revolucionária, que tem alterado o curso dos acontecimentos e influenciado na política interna e externa dos Estados Unidos bem como na movimentação das forças internacionais.



Soldados norte-americanos embarcam colega morto

A "nova" declaração de guerra de Bush ocorre na seqüência de ousadas ações da resistência, como o ataque ao Hotel Rachid, que quase eliminou o subsecretário da Defesa de Bush, Paul Wolfowitz, um dos mais importantes dirigentes do grupo reacionário e belicista no poder na Casa Branca, ideólogo e formulador da "doutrina Bush". A gota d'água foi a derrubada de um helicóptero norte-americano em 2 de novembro, o maior golpe contra os EUA no pós-guerra. Até agora...

Internamente, o governo de Bush isola-se cada vez mais com sua política de guerra injustificável e indefensável. As manifestações de 25 de outubro realizadas em diversas cidades do país atestam que o movimento antiguerra

encontra-se ativo. Na vida política, tudo indica que o belicismo de Bush estará no centro da disputa eleitoral do próximo ano. Na semana passada, oito dos nove pré-candidatos do Partido Democrata à presidência da República se reuniram para fazer críticas à política de ocupação no Iraque e assumir o compromisso de retirar as tropas estadunidenses daquele país.

Externamente, muito embora a aprovação por unanimidade da resolução da ONU que legitima a ocupação do Iraque, são cada vez mais insistentes os apelos de diferentes países, inclusive dos que votaram a resolução, para que os Estados Unidos saiam do Iraque.

A ocupação de um país por uma superpotência através da agressão militar revela-se aos olhos de todos como o pior dos crimes internacionais, uma forma própria de terrorismo e de fascismo. Combatê-la através do movimento antiguerra em todo o mundo e da solidariedade com a resistência nacional do povo iraquiano é um dever internacionalista.

*Vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB.

AMÉRICA LATINA

Derrotas imperialistas

O Continente está em disputa e as forças democráticas registram avanços

RONALDO CARMONA*

América Latina vive uma disputa intensa: ou manter a secular submissão a Washington ou apostar na integração latino-americana, e os povos cada vez optam pelo segundo caminho. David Luhnow, no conservador *The Wall Street Journal*, publicou o artigo "América Latina olha feio para os EUA", onde comenta pesquisa que mostra Lula como o governante mais popular e Bush o mais impopular. E diz: "Desde o Brasil até a Bolívia, que teve seu presidente pró-Washington deposto há cerca de duas semanas, cresceu o ceticismo em relação às intenções dos EUA na região". E que o Brasil "posiciona-se como um contrapeso à influência norte-americana e está tendo uma dura postura na negociação dos acordos comerciais, ganhando aplausos em casa e no exterior".

Numa sessão do Congresso dos EUA para debater "os resultados do Plano Colômbia" — curiosamente após a derrota de Álvaro Uribe —, vários senadores mostraram-se preocupados com uma eventual chegada da esquerda ao poder na Colômbia e com a deposição do presidente da Bolívia, afetando os planos dos Estados Unidos na sua luta contra as drogas. Na mesma linha, o cubano-americano Otto J. Reich, assessor de Bush para a região, dizia que na Bolívia "existe gente que não acredita na democracia, e não

se deve permitir que cheguem ao poder". (El Diálogo, de La Paz, 30/10/03). São políticas distintas: enquanto o Brasil enviou seu chanceler a La Paz para congelar uma dívida do país andino e oferecer mais cooperação, os Estados Unidos ameaçam sua soberania.

O fato é que, após a queda de Sanchez de Lozada, na Bolívia, na Colômbia ocorre outro

fato político de grande relevância: a tripla derrota do presidente fascista Álvaro Uribe. Nenhuma das dezoito perguntas que submeteu aos colombianos no referendo foi aprovada. Elas propunham medidas liberais e privatizantes no campo econômico e antidemocráticas no campo político. O referendo era considerado crucial para o futuro político de Uribe. O próprio embaixador norte-americano em Bogotá entrou na campanha a favor do referendo, mas as forças democráticas reuniram-se contra ele na "Grande Coalizão Democrática pela Abstenção ao Referendo", atingindo 85% de abstenção, contrastando visivelmente com as pesquisas de opinião que garantiam uma "alta popularidade" para Uribe.

Ele foi derrotado também na eleição municipal de Bogotá e outras grandes cidades. Luis Garzon, apoiado por uma frente de centro-

esquerda contrária ao Plano Colômbia, venceu as eleições na capital e obteve aquele o segundo cargo político do país. A esquerda venceu também em cidades como Medellín, Cali, Barranquilla e outras. A análise dos resultados mostrou uma grande fragmentação dos partidos e em grande parte dos locais importantes candidatos independentes foram vencedores. Os grandes derrotados foram os tradicionais partidos Liberal e Conservador. Por fim, a terceira derrota de Uribe foi a rejeição da proposta de reeleição presidencial. O Partido Comunista Colombiano comemorou derrota de Álvaro Uribe, conclamando por "uma saída democrática e popular da crise colombiana, longe do autoritarismo, do fiscalismo e do guereirismo uribista".

*do Departamento de Relações Internacionais do Comitê Central do PCdoB e da Executiva Nacional da UJS.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito C D V A
 Nº.: _____
 Validade: ____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: () _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Data de nasc.: _____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, 01409-000
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

Ed. final nº. _____

Data assinatura: _____

Edição inicial nº. _____



CDM

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

"Não trabalho para o mercado, mas para transformá-lo"

MARTA ALVES ENTREVISTA ALUYSIO SAMPAIO

Para o escritor e juiz aposentado Aluysio Mendonça Sampaio, a literatura é um meio para renovar a sociedade. Ele contribui publicando e divulgando a *Revista da Literatura Brasileira*

A Classe Operária: Quem é o Aluysio e qual o sonho que motivou sua transferência de Sergipe para São Paulo? Como foi a sua decisão pela revista?

Aluysio Sampaio: Sou uma pessoa teimosa, sergipano de Aracaju e, nos caminhos da vida, vim parar em São Paulo. Na minha adolescência e na juventude participei de atuação política em Sergipe e Salvador. Em Sergipe participei do Partido Comunista do Brasil (PCB), do movimento estudantil na época da II Guerra Mundial. Sempre ligado à literatura e cuidando dos assuntos políticos. Com os meus 12 anos de idade, escrevi alguns poemas para uma revista chamada *Época*, publicado por três números. Fundei lá em Sergipe um grupo de estudantes que gostavam de literatura, organizei o primeiro congresso estadual dos estudantes de Sergipe. Na época meu sonho era fazer faculdade de Filosofia, mas as conveniências da vida me levaram para Salvador. Na Bahia, participava do diretório estudantil, colaborava e trabalhava no jornal *O Momento*, do Partido. Trabalhei e publiquei na revista *Seiva*, uma revista intelectualizada. Formei-me em 1952 em Direito e imediatamente vim para São Paulo. Aqui, trabalhei como Secretário Administrativo da revista *Fundamentos*, fundada por Caio Prado Junior e uma turma do maior alto nível. Depois trabalhei nos *Notícias de Hoje*, do Partido. Finalmente, exerci a advocacia, fiz concurso para juiz e atuei por 34 anos.

A Classe Operária: Como você decidiu criar a *Revista da Literatura Brasileira*?

Aluysio Sampaio: Em 1978 voltei a escrever. Publiquei *Brasil síntese e evolução social* e *O que é reforma Agrária* — um livro pioneiros sobre o assunto no Brasil. Publiquei também um livro sobre poesias. Com esta experiência tive vontade de escrever com uma posição independente. Tenho esperança no

homem e em toda sua capacidade de criar, de modificar a si mesmo e o mundo circundante. Pensei em fazer um livro em forma de revista com estilo de jornal. Então graças ao computador — uma desgraça para algumas coisas, mas que facilita outras — pude fazer a revista. Porque a equipe da revista sou somente eu, com alguns colaboradores. Sei que a mentalidade é a coletividade, mas reunião demais atrapalha. Sou eu quem diagramo a revista e através do boca-a-boca chegam os artigos.

A Classe Operária: Qual o propósito desta revista literária e como se dá o descobrimento de novos escritores?

Aluysio Sampaio: A imprensa normal não dá espaço para os escritores fora desse meio Rio-São Paulo. Procuo abrir as portas para todos. Em cada edição procuro ter quatro poetas de cada estado; já apresentamos poetas do Amapá, Tocantins, Roraima, Rondônia, entre outros esquecidos pelo mercado. Isso ajuda dar uma visão geral da poesia brasileira. Quem escreve nos grandes jornais são somente nomes conhecidos; então busco essas

personas que não têm vez nestes meios. O propósito é a batalha pela cultura nacional. Os escritores são indicados por pessoas que conhecem a revista. Ninguém cuida da divulgação desta revista e acredito que o boca-a-boca dá o resultado, porque procura quem quer e quem gosta.

A Classe Operária: Qual a contribuição da revista à transformação social?

Aluysio Sampaio: Tenho a impressão que em nenhuma época as idéias tiveram tanta importância como agora. Com a chamada "globalização" os setores capitalistas concentraram muito capital e poder em suas mãos. Por outro

lado as camadas populares estão em crise e divididas; ou seja, são presas fáceis para o domínio. Então, nesta circunstância, se vê aí a expansão do capitalismo. Alguns dizem, como o escritor Saramago, que a literatura não transforma nada. Não acho isso. Vejo que a transformação é lenta. Imagine o que seria da Revolução Francesa sem os iluministas. Sempre haverá quem elabora as idéias. Por isso temos a influência de despertar o interesse nas pessoas. Hoje as coisas me são curiosas, pois na minha época era sofrido — um ato de coragem — dizer o que hoje se diz em todos os lugares. Eu mesmo, por exemplo, como juiz, quase fui cassado, depois de 1964, por falar em reforma agrária.

A Classe Operária: O que você pensa dessa "liberdade" atual?

Aluysio Sampaio: A nossa liberdade é dirigida pela televisão. Acho que todos estamos passando pela lavagem cerebral da televisão. No meu ponto de vista é melhor não ver televisão. Isso é uma outra coisa que me entristece muito. Se você observar a imagem que sai em um canal é a mesmo no outro, isso é uma coisa séria! Acho que o grupo dos oito países mais ricos sabem o que querem e o que estão fazendo para dominar. Por outro lado, há muita confusão ainda no seio dos setores e partidos que procuram as mudanças.

A Classe Operária: De que forma sua revista procura participar dessa mudança?

Aluysio Sampaio: A literatura é um campo muito vasto. Então procuro, com esta revista, abrir caminhos para esses escritores aparecerem, se desenvolverem e divulgarem suas idéias, livres de um comando maior. Desta forma conseguem abrir caminhos que não alcançam na grande imprensa e fazer a

defesa segura de uma cultura nacional ameaça pela informatização.

A Classe Operária: Como você vê o difícil consenso dos escritores independentes sobre a forma de se unir, cooperar e se organizar? E como você analisa o escritor brasileiro hoje?

Aluysio Sampaio: A divergência de idéias é uma virtude da vida humana. Toda unanimidade é burra e, mais ainda, é perversa. Concordo com a pluralidade pois a vida é múltipla. Procuo, nesta revista, mostrar todos escritores sem discriminação. O escritor é divulgado porque consegue refletir o seu mundo e a realidade de sua região. Antigamente a literatura era Rio de Janeiro-São Paulo. Com Jorge Amado a Bahia se desenvolveu, Pernambuco se desenvolve com Suassuna, entre outros. O sentido desta revista não é o regionalista, mas sim o de publicar todos sem discriminação. Ela procura o nacional, divulga o nacional, mas ela acata o regional.

A Classe Operária: Você concorda que algumas matérias feitas por revistas semanais, como *Veja*, apresentam visões nihilistas da literatura brasileira. Até que ponto isso corresponde à realidade?

Aluysio Sampaio: Concordo. Minha revista busca idéias novas em oposição ao regime estratificado, ao passo que a grande imprensa precisa da propaganda para sobreviver. Procuo passar idéias novas, ao passo que a preocupação da grande imprensa é a cultura das elites. E a cultura das elites é a cultura de poucos.

A Classe Operária: Qual o futuro para continuar esse processo de criação já que não há nenhum patrocínio para seu projeto?

Aluysio Sampaio: Nem quero patrocínio. Esta é minha opção para ter independência. Muitos escritores têm a mania de pedir o apoio do governo e da secretaria de cultura. Não quero. Porque, por menos que se faça, se compromete. Você passa a receber uma boa verba para imprimir sua revista, mas quando vem um artigo em restrição ao governo, o que acontece? Você não publica. É isso que eu não quero e vou procurar manter esse pensamento. Ninguém acreditava que esta revista durasse tanto tempo. Não sou rico, mas tenho condição de tirar a revista por minha conta. Como ela foi se impondo por si, hoje tenho patrocínio para o miolo e continuo pagando a capa e as despesas com a distribuição. Pretendo continuá-la como cortesia, porque não trabalho para o mercado, mas para transformar o mercado.

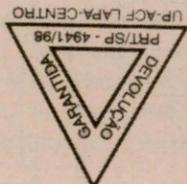


Aluysio Sampaio e sua esposa Esther

"Alguns dizem que a literatura não transforma nada. Não acho. A transformação é lenta. Imagine o que seria da Revolução Francesa sem os iluministas"



IMPRESSO



CDM
CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP
ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA,
1800
TEL.: (11) 3054 4500

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925
PROJETADA POR TODOS OS PAÍSES UNIDOS
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

